

UM *MAGISTER NAVIGANDI* ESCOLHIDO EM MEIO À TEMPESTADE: JOVIANO E A ENTROPIA (363 – 364 D.C.)

Ana Teresa Marques Gonçalves¹

Wendryll José Bento Tavares²

Resumo

O presente artigo explora o contexto imperial romano entre os anos de 363 e 364 d.C. Objetiva-se aqui apresentar uma chave interpretativa que possibilite uma análise do pouco estudado governo do Imperador Joviano. Para tal, os autores propõem a utilização de uma categoria encontrada na Ciência Política, a entropia, lapidada pela mediação do conteúdo encontrado em diversas fontes antigas que narram o desenrolar das ações de Joviano, tais como as escritas por Amiano Marcelino, Zósimo, Libânio e Paulo Orósio. Com esse itinerário, busca-se conhecer diversas particularidades do processo político-militar da segunda metade do século IV d.C. e a proposição de uma categoria interessante para futuros estudos a respeito da Antiguidade Tardia.

Palavras-chave

Entropia; Joviano; século IV d.C.; Antiguidade Tardia.

¹ Professora Doutora – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, Brasil. E-mail: anateresamarquesgoncalves@gmail.com.

² Professor Doutor – Instituto Federal Goiano, Trindade, Brasil. E-mail: historiawendryll@gmail.com.

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 90-106

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13919

Abstract

This article explores the Roman imperial context between 363 and 364. It aims to present an interpretative key that allows the analysis of the scarcely studied period of Emperor Jovian's government. For this purpose, the authors propose the use of the concept of entropy, found in Political Science, and carved out by means of the information found in various ancient sources which narrate the development of Jovian's actions, such as the ones written by Ammianus Marcellinus, Zosimus, Libanius, and Paulus Orosius. Following this itinerary, the authors search for the particularity of the political and military process which took place in the second half of the fourth century and propose a concept that can be useful for future studies on the Late Antiquity.

Keywords

Entropy; Jovian; Fourth Century; Late Antiquity.

No dia 26 de junho de 363 d.C³., o imperador Juliano dava seu último suspiro em meio a uma malfadada expedição militar contra o Império Persa. Ferido em campo de batalha, enquanto suas tropas se dirigiam a *Corduena*, o *augustus* foi levado à sua tenda e acabou não resistindo. Esse episódio, assim como a figura do próprio imperador Juliano, é banhado em diversas controvérsias. A miríade de versões que tratam do instrumento e do responsável pelo golpe que levou à morte do imperador encontradas nas versões de Amiano Marcelino (*Rerum Gestarum*. XXV. 3, 6), de Libânio (*Orationes*. XVIII. 269-274), de Paulo Orósio (*Historiarum Adversum Paganos*. VII. 30, 6) e de Zósimo (*Ἱστορία Νέα*. III. 29, 1) é um claro exemplo disso. No entanto, o que nos interessa no presente artigo não é necessariamente a morte de Juliano e suas diversas versões, mas o que se seguiu a ela, o que também é rodeado de narrativas diversas e até conflitantes.

Antes de chegarmos à questão principal do artigo, é preciso conhecer alguns elementos importantes da conjuntura aberta com essa morte imperial. Já adiantamos que Juliano estava conduzindo uma expedição militar contra os persas. Tal ofensiva contou com números expressivos, como aponta David Hunt em seu livro *Julian*: “Juliano encabeçou o avanço principal pelo Eufrates com um exército de 65 mil homens acompanhado por cerca de mil navios de transporte reunidos em Calínico” (Hunt, 2007: 74). Além dessa força principal, a expedição contou também com um segundo grupo liderado por Procópio e Sebastiano, que abriria um segundo *front* com a ajuda de Arsaces da Armênia a partir do rio Tigre. Após uma primeira fase de sucessos militares em escaramuças menores até as muralhas de Ctesifonte, o imperador decidiu atravessar o Tigre para se juntar ao resto dos homens e ordenou que os barcos usados na travessia fossem queimados (Amiano Marcelino. *Rerum Gestarum*. XXIV. 7, 4). Começou, assim, uma fase de grande desgaste para as tropas romanas, caracterizada pela intercalação da fome e ataques persas ante as tentativas de movimentação dos romanos. Foi nesse quadro caótico que a morte de Juliano se deu e a escolha de um novo imperador foi realizada.

Abria-se, desta forma, um dos momentos mais sensíveis da história político-militar do século IV. O interessante é que, apesar da gravidade desse contexto, pouco é escrito sobre ele entre os pesquisadores da Antiguidade Tardia. Do clássico *Later Roman Empire* de A. H. M. Jones ao contemporâneo *Imperial Tragedy* de Michael Kulikowski, a ascensão e o curto governo de Joviano recebem um tratamento bem minimalista. Nem mesmo análises mais pormenorizadas oferecem muitas luzes a respeito da

³ A grande maioria das datas presentes neste artigo se referem à era depois de Cristo. Portanto, abolimos essa marcação do texto. Todavia, as datas antes de Cristo serão explicitadas quando aparecerem.

figura de Joviano e de seu governo, como o exemplo de John Curran em *From Jovian to Theodosius* assinala. Diante dessa constatação, decidimos iniciar um esforço de reflexão sobre essa figura e as diversas versões para seu processo de ascensão e consolidação no poder.

O marco inicial da empresa nos parece muito claro: a morte de Juliano em decorrência do ferimento em campo de batalha. Alguns motivos para tal baliza, além do passamento do imperador e da ascensão de um novo governante, são as dificuldades iminentes na expedição militar e a possibilidade iminente de derrota, a ausência de um sucessor claramente definido⁴ por ele, a falta de homens da mesma família aptos a assumir o comando do império e a possível existência de grupos concorrentes a governar o império territorial. Por outro lado, o marco final de nosso objeto de reflexão é a morte de Joviano, momento que encerra as ações desse governante e em que é reiniciado o complexo processo de escolha de um novo governante. Entre as fontes documentais que tratam do período, escolhemos nos centrar na análise das passagens da obra *Rerum Gestarum* de Amiano Marcelino, que estava presente na expedição à Pérsia e que se retirou da vida pública após a derrota. Sua obra possuía um total de 31 livros, dos quais nos chegaram os últimos 14, sendo os eventos narrados encontrados no livro 25. Apesar de possuir certo protagonismo, a obra de Amiano merece ser cotejada com outras fontes documentais a fim de mostrar divergências e convergências, principalmente com a *Ἱστορία Νέα* de Zósimo, obra produzida entre o final do século V e início do VI, que também traz importantes detalhes e descrições sobre o governo de Joviano.

Antes de iniciar efetivamente este artigo, é fundamental apresentar a chave conceitual que usamos na presente análise. Para tal, evocamos um importante cientista político brasileiro, Renato Lessa, que faz referência a uma imagem muito interessante para pensar os anos iniciais da República brasileira inaugurada em 1889. Segundo este autor, em *A Invenção Republicana*:

a ideia [da entropia], inspirada em seu uso no campo da termodinâmica, indica a medida de desordem contida em um sistema. Tal desordem, no interior de um determinado sistema, será tanto mais dilatada quanto maiores forem as

⁴ Sobre a questão da indicação de um sucessor por parte de Juliano, as fontes apresentam algumas divergências. Amiano Marcelino diz que, apesar dos rumores em relação a Procópio, o governante não indicou um nome nem mesmo no leito de morte e preferiu deixar essa escolha em aberto (Amiano Marcelino. *Rerum Gestarum*. XXV. 3, 20). Zósimo, por outro lado, afirma que o imperador entregou vestimentas imperiais a Procópio em segredo durante a expedição na Pérsia (Zósimo. *Ἱστορία Νέα*. IV. 4, 2), o que poderia denotar a escolha do morto.

possibilidades de combinação e indiferenciação entre os elementos que o compõem (Lessa, 2015: 98).

Ou seja, a ideia de entropia parece-nos ajudar a entender sistemas marcados por certa desordem. Lessa, no caso, debruça-se sobre o cenário de abandono dos critérios monárquicos de organização do espaço público que abriu um período de incertezas no cenário sociopolítico brasileiro. Propomo-nos a usar esta conceituação para repensar o recorte temporal iniciado com a morte de Juliano, que também foi marcado por essas incertezas no contexto tardo imperial romano. A guerra, o fim da dinastia constantiniana e a possível presença de facções disputando a liderança político-militar romana indicam não só a desordem, mas também as possibilidades de combinação existentes para o preenchimento do vácuo de liderança deixado por Juliano. Como veremos, além desses dois primeiros elementos, há ainda um terceiro: o da indiferenciação entre os elementos que compõem esse sistema, materializada no desenrolar da escolha do novo imperador, um processo marcado por discussões, apontamentos, uma recusa e uma solução de compromisso. O que se seguiu foi a tentativa por parte de Joviano, o novo imperador, de controle da instabilidade no sistema político-militar romano e de efetivação de sua figura e de sua família como legítimas. Apresentados, então, a partir de agora, os marcos temporais, a principal fonte documental e a necessária categoria teórica, que balizam nosso trabalho neste texto.

Como já sabemos, Juliano “não tinha herdeiros, seja no acampamento ou em outro lugar, e o exército em campanha não tinha líder natural” (Kulikowski, 2019: 32). No dia seguinte à morte⁵, 27 de junho, os *duces* do exército se reuniram para iniciar as conversas que redundariam na escolha de um novo imperador. Neste contexto já existe uma primeira grande controvérsia a respeito da figura de Joviano. Isso porque temos relatos contraditórios a respeito do andamento das tratativas para o preenchimento da magistratura imperial.

Vejamos o que afirma Amiano Marcelino, que, além de historiador, foi um militar pertencente ao grupo dos *protectores domestici* e serviu na campanha da Pérsia em 363 d.C. (Trombley, 2005: 17). Segundo ele:

⁵ Para aqueles que desejam conhecer com mais detalhes o tema da morte de Juliano e as versões sobre ela, indicamos a leitura do artigo *Considerações sobre memória e morte do Imperador Juliano nos testemunhos de Libânio e Amiano Marcelino (século IV d.C.)* de autoria de Margarida Maria de Carvalho e Luciane Munhoz de Omena (2016).

Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 90-106

DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13919

Discissique studiis turbulentis Arintheus et Victor et e palatio Constanti residui de parte sua quendam habilem scrutabantur, contra Nevitta et Dagalaifus proceresque Gallorum virum talem ex conmilitio suo quaeritabant.

They were divided into turbulent factions, for Arintheus and Victor, with the other survivors of the palace officials of Constantius, looked around for a suitable man from their party; on the other hand, Nevitta and Dagalaifus, as well as the chiefs of the Gauls, sought such man among their fellow-soldiers (Amiano Marcelino. *Rerum Gestarum*. XXV. 5, 2).

Marcelino relata que o processo de escolha do novo imperador foi realizado em meio à tensão existente entre partidários de Constâncio II, Arinteu e Victor, e os nobres gauleses (*proceres Gallorum*), Nevita e Dagalaifo. Nunca é demais recordar que Juliano fez boa parte de sua carreira militar na Gália, após ter sido enviado para lá como *caesar* em 355. Portanto, o historiador antigo constrói um cenário em que os grupos de apoio dos dois últimos imperadores disputavam o direito a escolher o próximo líder político máximo. O que se percebe também nesta passagem é que não havia nenhum tipo de consenso entre os candidatos em um primeiro momento.

A narrativa de Marcelino (*Rerum Gestarum*. XXV. 5, 3) prossegue e ele conta que o posto, após certo desgaste, foi oferecido a Salútio. Este, porém, recusa prontamente o convite, se amparando na sua saúde frágil e doença constante. Ou seja, a reunião corria o risco de voltar à estaca zero, até que, segundo Marcelino:

Inter has exiguas ad tantam rem moras, nondum pensatis sententiis, tumultuantibus paucis, ut in rebus extremis saepe est factum, Iovianus eligitur imperator, domesticorum ordinis primus, paternis meritis mediocriter commendabilis. erat enim Varroniani notissimi comitis filius, haut dudum post depositum militiae munus ad tranquilliora vitae digressi.

During this delay, which was slight considering the importance of the matter, before the various opinions had been weighed, a few hot-headed soldiers (as often happens in a extreme crisis) chose an emperor in the person of Jovianus, commander of the household troops, who had claims for some slight consideration because of the services of his father. For he was the son of Varronianus, a well-known count, who not long since, after ending his military career, had retired to a quieter life (Amiano Marcelino. *Rerum Gestarum*. XXV. 5, 4).

Ou seja, a escolha por Joviano, o *primus ordinis domesticorum*⁶, teria sido fruto da ação de poucos agitadores (*pauci tumultuantes*). Ante o impasse

⁶ Jones aponta que essa figura alcançou o posto de *primicerius domesticorum* aos trinta e dois anos e que era bastante improvável que ele tivesse chegado a tal posto se “seu pai não tivesse sido *comes domesticorum*” (Jones, 1964: 135). Por conta de sua posição, Joviano *Heródoto, Unifesp, Guarulhos, v.6, n.2 - 2021.2. p. 90-106*
DOI: 10.34024/herodoto.2021.v6.13919

apresentado, alguns soldados inquietos teriam escolhido uma figura quase desconhecida e que se apoiava no sucesso de seu pai, Varroniano. Ora, uma das características da ideia de entropia apresentada por Lessa é a noção do absurdo, que designa “uma arena dramática, habitada por uma pluralidade de sentidos e de atores que os portam e os instituem, sem que tenham controle garantido sobre os efeitos das ações engendradas” (Lessa, 2015: 98). Nesse sentido, temos diante da situação dramática da falta de imperador em meio a uma campanha em terreno estrangeiro um grupo de atores impondo certo sentido, que não necessariamente era consensual. Essa possibilidade, todavia, esbarra no confronto da narrativa de Marcelino com outras fontes e na historiografia construída *a posteriori*.

Como lembra Hugh Elton, em *The Roman Empire in Late Antiquity: “Flavius Jovianus nasceu em 331 de uma família de militares e serviu como protector domesticus sob Constâncio II e Juliano”* (Elton, 2018: 119). Ou seja, era uma figura conhecida nos círculos imperiais e que havia servido em uma unidade militar muito próxima do imperador. Ora, o texto de Marcelino aponta em uma direção oposta a essa. Mas por quê? Peter Heather esclarece, em *Ammianus on Jovian: History and Literature*, que, na visão de Amiano, “Joviano não foi um imperador legítimo, escolhido divinamente, mas um destinatário sortudo de uma promoção do acaso” (Heather, 2005: 95). Uma versão que esbarra na quase unanimidade de outras fontes que retratam o evento⁷. Temístio relata que a decisão por Joviano foi convicta por parte dos soldados (Temístio. *Orationes*. 5, 65d). Autores ligados à tradição cristã, como Sócrates (*Ἐκκλησιαστικὴ Ἱστορία*. 3, 22) e Sozomeno (*Ἐκκλησιαστικὴ Ἱστορία*. VI, 3), e pagã, como Zósimo (*Ἱστορία Νέα*. III. 30, 1), avançam e dizem que a escolha de Joviano se deu sem demora e os dois últimos frisam que isso ocorreu por votação unânime.

É possível encontrar dois pontos comuns nestes relatos documentais: a realização de uma escolha\aclamação de Joviano pelos soldados e a importância da reputação de seu pai para sua ascensão. Por outro lado, há uma clara dissonância entre o texto de Marcelino e a maioria esmagadora das outras fontes documentais sobre o evento. Heather fornece uma explicação fundamental para entendermos esse aspecto da narrativa de Amiano sem a qual é impossível avançar. Segundo o historiador irlandês, o grande herói da obra de Amiano é Juliano e seu sucessor está em um papel de contraponto. Ou seja, “Joviano teve de ser suficientemente

ficou encarregado de transportar os restos mortais de Constâncio II até Constantinopla em 361 d.C. (Amiano Marcelino. *History*. XXI. 16, 20).

⁷ Encontramos a referência feita por Eunápio de que Joviano não tinha as qualidades necessárias e que ele foi feito imperador não como resultado de suas qualidades, mas sim por conta da reputação do pai (Eunápio. *Fragmenta*. 29, 1, 5).

incompetente, e até mesmo ilegítimo, para Amiano ser capaz de jogar sobre ele toda a culpa do fim desastroso da campanha persa de Juliano” (Heather, 2005: 101). Sendo assim, precisamos ter muito cuidado com as descrições de Marcelino quando se trata da figura de Joviano. Por outro lado, não podemos descartar o uso dessa fonte documental para tratar do ano de 363, já que apresenta detalhes daqueles dias ausentes em qualquer outra; não só porque seu autor esteve envolvido na campanha diretamente, mas também por conta de seu trabalho de pesquisa, seleção e elaboração de conteúdo.

Após a escolha do novo soberano pelos oficiais em meio a uma situação bem complexa e sua apresentação pública aos soldados, Joviano começou seu governo em uma situação bastante sensível e de necessidade de controle da desordem contingente. Zósimo (*Ἱστορία Νέα*. III. 30, 2) sublinha que a partir da elevação, a grande preocupação do imperador era retornar rapidamente para casa. Marcelino (*Rerum Gestarum*. XXV. 5, 8) segue por essa seara também, mas não sem antes ilustrar o dramático cenário em que até mesmo um porta-estandarte dos *Ioviani*⁸ (*signifer Iovianorum*) deserta para o lado persa, o que parece mostrar um risco de desagregação do próprio exército a partir de uma das unidades mais próximas ao imperador.

Esses dois historiadores antigos apresentam descrições semelhantes a respeito da maneira como os próximos passos da campanha ocorreram. Ambos mostram que os persas atacaram os romanos enquanto esses preparavam uma marcha de retirada. A diferença é que Amiano (*Rerum Gestarum*. XXV. 6, 2-4) aponta que isso ocorreu durante a preparação para a ida ao forte de Suma e Zósimo (*Ἱστορία Νέα*. III. 30, 2) defende que se deu quando os romanos chegaram ao local. Vejamos a descrição fornecida pelo primeiro autor:

Proinde egredi iam coeptantes adoriuntur nos elephantis praeviis Persae, ad quorum fremitum accessumque terribilem equis inter initia turbatis et viris, Ioviani et Herculiani occisis beluis paucis, cataphractis equitibus acriter restiterunt. Dein legiones Ioviorum atque Victorum laborantibus suis ferentes auxilium, elephantos duo straverunt cum hostium plebe non parva, et in laevo proelio viri periere fortissimi, Iulianus et Macrobius et Maximus legionum tribuni, quae tunc primas exercitus obtinebant.

⁸ Os *Ioviani* e os *Herculiani* “foram os regimentos especializados do exército de campo do século IV e encabeçam a lista das legiões do Palatino na Notitia [Dignitatum]” (Jones, 1964: 53). Zósimo atribui a criação dessas unidades a Diocleciano e Maximiano e os nomes das unidades como referências a Júpiter e Hércules, associados respectivamente a esses governantes (Zósimo. *Ἱστορία Νέα*. III, 30, 3).

But when we accordingly were just beginning to leave, the Persians attacked us, with the elephants in front. By the unapproachable and frightful stench of these brutes horses and men were at first thrown into confusion, but the Joviani and Herculiani, after killing a few of the beasts, bravely resisted the mail-clad horsemen. Then the legions of the Jovii and the Victores came to the aid of their struggling companions and slew two elephants, along with a considerable number of the enemy. On our left wing some valiant warriors fell, Julianus, Macrobius and Maximus, tribunes of the legions which then held first place in our army (Amiano Marcelino. *Rerum Gestarum*. XXV. 25, 6, 2-3).

Três elementos podem ser destacados desse ataque persa: o uso de elefantes, o papel dos *Ioviani* e *Herculiani*, para evitar o sucesso adversário, e as mortes de soldados romanos simbolizadas na perda dos tribunos Juliano, Macróbio e Máximo. Ou seja, se o problema da falta de um imperador havia sido solucionado, a questão persa se mostrava mais uma vez aguda. A desordem externa estava longe de qualquer controle.

A ação heroica de certas unidades e a morte de tribunos mostram a resistência romana, enquanto o uso dos elefantes denota uma visão não só do poderio militar persa, mas principalmente do horror da magnitude persa frente à debilidade romana. Vegécio (*Epitoma Rei Militaris*. III, 24) lembra que o grito e o aspecto corporal dos elefantes eram os principais motivos para a utilização deles em campo de batalha. Claro, o mesmo autor mostra como um item do passado o impacto inicial causado por criaturas de tais dimensões, pois na Antiguidade Tardia elas já eram facilmente vencíveis. Algo que se verificou no decorrer do relato, com o abatimento dos animais por parte das unidades romanas.

A entropia, a instabilidade, estava em níveis absurdos em meio a um ataque em território estrangeiro contra um exército enfraquecido pela fome e pelo cansaço e liderado por um imperador recém aclamado e pouco conhecido pelos membros das tropas. Apesar de haver uma solução para a questão da liderança político-militar, estava em curso um processo delicado de retirada de tropas frente às constantes incursões inimigas. A situação continuou delicada nos dias seguintes a esse episódio, em que o acossamento persa continuou e os romanos se dirigiram às margens do rio Tigre.

Novamente há certo desencontro de informações a respeito da ordem dos acontecimentos entre os historiadores antigos, que relataram o que se sucedeu nos dias seguintes da atividade bélica de Joviano. Zósimo (*Ἱστορία Νέα*. III. 5) afirma que os romanos construíram pontes a partir de odres⁹ e

⁹ A breve descrição da ponte produzida pela junção de odres feita por Zósimo lembra muito uma máquina descrita pelo autor anônimo no *Sobre os Assuntos Militares: o ascogéiro* (*De Rebus Bellicis*. XVI, 1-5).

atravessaram para a margem oposta e que, mesmo assim, os persas continuaram sua fustigação enquanto a fome grassava entre as tropas. Amiano (*Rerum Gestarum*. XXV. 6-7), por outro lado, ressalta que, ante a ameaça adversária, o boato de que as fronteiras romanas estavam próximas e a insistência dos homens em armas, cerca de quinhentos gauleses e germanos experientes foram escolhidos para atravessar o rio, mas que as pontes de couro de animais abatidos (*pontes caesorum animalium coriis*) não chegaram a ser construídas, por conta do nível do rio e da fome que se mostrava cada vez pior entre os legionários. Apesar de inclinados a pensar que os romanos não fizeram a travessia, o que ajudaria a explicar os termos da paz acordada nos dias seguintes, não podemos afirmar peremptoriamente que a versão de Zósimo seja completamente ilusória. O que se sobressai é que ambos os autores deixam claro o estado de penúria das tropas e a contínua pressão persa.

Foi nesse cenário que as negociações de paz começaram. Todos os autores antigos consultados concordam que a iniciativa coube aos persas, que enviaram sua proposta por meio de Surena (acompanhado de pelo menos mais um nobre persa). Todavia, enquanto Marcelino (*Rerum Gestarum*. XXV. 7, 5-11) indica um intervalo entre a apresentação da proposta e sua aceitação; Zósimo (*Ἱστορία Νέα*. III. 31, 1) relata apenas que a paz foi aceita nos termos persas e que Salústio e Arinteu foram enviados como emissários junto aos persas para concluir o processo. Deste modo, ao ler o segundo relato, temos a impressão de que a paz foi prontamente aceita, enquanto o primeiro autor insiste não só no desenvolvimento das negociações a partir de idas e vindas, como também na decisão pela paz como expressão da influência de um grupo que sinalizava com o risco da ascensão de Procópio (Amiano Marcelino. *Rerum Gestarum*. XXV. 7, 10-11). Ambos, no entanto, concordam que o resultado das negociações é de grande ineditismo, já que a parte romana saiu extremamente prejudicada na negociação.

A concretização desse acordo é o evento do governo de Joviano (com a participação ativa do mesmo) mais citado nas fontes documentais que consultamos. Temístio (*Orationes*. V. 66a), Paulo Orósio (*Historiarum Adversum Paganos*. VII. 31, 1), Eunápio (*Fragmenta*. 29, 10) e Sozomeno (*Ἐκκλησιαστικὴ Ἱστορία*. VI, III) frisam que o tratado foi desvantajoso para os romanos, embora a maioria ressalte que foi necessário, diante do cenário da expedição fracassada organizada por Juliano. Entre alguns autores cristãos, como é o caso de Sozomeno, a culpa pela aceitação dos termos recai fortemente em Juliano. Ou seja, se compararmos com a posição de Marcelino, é possível perceber uma inversão total do responsável pela

imposição de derrota diplomática tão importante na história romana. Mas como tal derrota se verificou no *foedus*?

Zósimo (*Ἰστορία Νέα*. III, 31, 1-2) relata que foi acordada uma paz de trinta anos, em que as províncias de Zabdicena, Corduena, Rehimena e Zelena foram entregues aos persas. Ele conta que também houve a concessão de Nísibis, mas, neste caso, segundo ele, foi permitida a retirada da população romana. Por último, em decorrência do acordo, os persas se apoderaram da maior parte da Armênia. Amiano (*Rerum Gestarum*. XXV, 7, 9), por outro lado, conta que Sapor II exigiu cinco regiões romanas que haviam sido tomadas por Maximiano no final do século III: Arzanena, Moxoena, Zabdicena, Rehimena e Corduena com quinze fortalezas. Além disso, solicitou também Nísibis, Singara e Castra Maurorum. Em Nísibis e Singara, toda a população romana seria transportada, assim como as tropas romanas nas fortalezas (Amiano Marcelino. *Rerum Gestarum*. XXV, 7, 11). Por último, ele também lembra a condição que impedia os romanos de prestarem ajuda a Arsaces, rei da Armênia (Amiano Marcelino. *Rerum Gestarum*. XXV, 7, 12).

Percebemos algumas diferenças entre os relatos destes dois autores. Segundo Zósimo, foram entregues quatro províncias e Nísibis, enquanto Marcelino fala de cinco, e mais Nísibis, Singara e Castra Maurorum. A questão da permissão da retirada da população romana como restrita a Nísibis ou estendida a outras cidades também diverge. Todavia, em linhas gerais, alguns elementos convergem: a clara perda de territórios há muito conquistados pelos romanos, a exigência persa de não intrusão nos negócios da Armênia, a duração de trinta anos do acordo e a colocação de Joviano em uma posição desfavorável em relação a Sapor II. Como já demonstrado no artigo “Como fazer um tratado com os persas? Uma análise do processo de negociação da paz entre romanos e persas em 363 d.C.”, de autoria de Ana Teresa Marques Gonçalves e Wendryll José Bento Tavares:

a perda de regiões em uma fronteira estrategicamente fundamental e a inclusão de um ponto extremamente humilhante arranhavam mais ainda a tradição romana de conceder paz após a *deditio*, a *supplicatio* e a *deprecatio* dos opositores (Gonçalves; Tavares, 2019: 42).

Essa quebra de tradição é reafirmada em diversos documentos textuais. Da responsabilização de Joviano por Amiano à culpabilização de Juliano por Sozomeno, vários autores antigos enxergaram nesse evento uma derrota, com poucas exceções, como a de Temístio. No discurso político pronunciado no dia 1 de janeiro de 364, quando Joviano recebeu o consulado junto com seu filho, Varroniano, o grande orador, segundo Peter

Heather e David Moncur, em *Politics, Philosophy, and Empire in the Fourth Century*: “produziu um relato do tópico que estava inteiramente de acordo com as demandas do regime vigente. As moedas de Joviano deixam claro que o novo imperador proclamou a paz com a Pérsia como uma vitória” (Heather; Moncur, 2001: 151). Nele, Temístio (*Orations*. V, 66a) informa que os persas, quando souberam da proclamação de Joviano, abaixaram suas armas e passaram a olhar os romanos com respeito, o que lhe rendeu uma comparação com Epaminondas.

Desta maneira, existem diversos discursos divergentes e até mesmo contraditório a respeito da proposição e aceitação da paz. Todavia, é possível perceber que todas as fontes concordam que houve uma pacificação, momentânea ou duradoura, das relações romano-persas em 363 d.C. Em nossa opinião, isso significa que dentro do grande quadro de entropia, Joviano conseguiu minorar o grau de instabilidade do sistema político-militar romano. Se o *foedus* era vergonhoso ou uma vitória, isso interessa menos do que o fato de que serviu para colocar um ponto final em uma questão que consumiu muitos recursos e a vida de vários homens. A imprevisibilidade do quadro apresentaria uma diminuição diante da aceitação da paz. O principal desafio externo chegava a uma conclusão, mesmo que momentânea. Nesse ponto, é importante lembrar que após a retirada dos romanos, a questão persa só ressurgiria com a morte de Joviano, quando Sapor II se viu desobrigado de cumprir muitos dos termos acordados com o primeiro. Esse é mais um indício de que Joviano agia para estabilizar o funcionamento político-militar do império e, em certos aspectos, conseguiu atingir seu propósito com a aceitação de termos tão adversos para os romanos.

Após a tradicional troca de reféns e ratificação do *foedus* com fórmulas sagradas, Joviano deu início ao processo de retirada de tropas do território persa. Após o envio de mensageiros e oficiais de volta ao território romano e um processo de alocação de homens de confiança em postos importantes (como é o caso de Luciliano, sogro do imperador), teve início o penoso processo de evacuação de Nísibis, levada a cabo pelo nobre persa Bineses (Amiano Marcelino. *Rerum Gestarum*. XXV, 9, 1-6). A população apresentou grande resistência à evacuação, mas Joviano manteve-se irredutível (Zósimo. *Ιστορία Νέα*. III, 34, 1). Paralelamente ao retorno das tropas e à retirada da população civil para o território imperial, Procópio marchou com os restos mortais de Juliano para Tarso, onde o morto foi enterrado (Amiano Marcelino. *Rerum Gestarum*. XXV, 9, 12). Após essa aparição, Procópio deixou de figurar nos relatos das fontes documentais até iniciar uma usurpação contra Valente em 365 (Amiano Marcelino. *Rerum Gestarum*. XXVI, 6, 14).

O imperador Joviano e seu grupo de apoio continuaram a marcha de retorno. Após alguns dias em Antioquia, foi a Tarso, onde visitou a tumba de Juliano. Foi durante essa fase ainda bastante itinerante que teve início a reversão da política religiosa empreendida por Juliano, antes mesmo da chegada em Antioquia. Como aponta Temístio (*Orations. V, 68a*), o novo imperador se mostrou tolerante. Mais do que isso,

ele rapidamente declarou uma ‘paz da Igreja’, decisivamente repudiando a política anti-cristã de Juliano, enquanto assinalava que ele não favoreceria nem os nicenos e nem os homoianos, embora fosse um niceno (Kulikowski, 2019: 34).

Mais um elemento de instabilidade foi atacado por Joviano: a disputa religiosa. Adotando, ao que tudo indica, uma linha de reversão das ações religiosas de seu antecessor, o novo *augustus* visava não só favorecer aos cristãos como empreender um processo de pacificação das diversas tendências. Isso mostra, mais uma vez, seu direcionamento no sentido de reduzir disputas internas.

Quando o Joviano partia de Tarso, chegaram notícias preocupantes da Gália. Seu sogro e homem de confiança, Luciliano, havia sido assassinado em *Ciuitas Remorum* (atual Reims) por soldados que acreditaram no boato (insuflado possivelmente pelo *magister equitum* Jovino) de que Juliano ainda se encontrava vivo (Amiano Marcelino. *Rerum Gestarum. XXV, 10, 7*). Além dele, o tribuno Seniauco também pereceu, e outro tribuno, Valentiano, só se salvou por conta da ajuda de Jovino, que logo após o ocorrido controlou as tropas e jurou lealdade ao imperador. Ou seja, neste interim se configurou uma clara demonstração de força local de um oficial que não aceitou sua substituição e agiu de forma dúbia, mantendo seu cargo e influência ao mesmo tempo em que jurou lealdade ao governante máximo. Esse evento pode ser entendido como um sobressalto diante da progressiva estabilização empreendida por Joviano. O fato é que o controle da situação pelos próprios atores locais desobrigou qualquer esforço imperial.

As notícias da situação na Gália ocorreram em paralelo à chegada de Joviano a Ancira, onde recebeu o consulado, em 01 de janeiro de 364, junto ao seu filho ainda criança, Varroniano. Foi ali também que Temístio (*Orations. V*) pronunciou a oração já citada neste trabalho. Entre ações locais e deslocamentos, mais de um mês depois, em 17 de fevereiro, Joviano morreu quando estava pernoitando em Dadastana.

Há também muitas versões sobre a *causa mortis* deste imperador. Inicialmente, Marcelino (*History. XXV, 10, 13*) lista três possibilidades: 1) o odor de cal emanado do quarto; 2) a fumaça do carvão queimado; 3) ou

uma indigestão após uma refeição. Sozomeno (*Ἐκκλησιαστικὴ Ἱστορία*. VI, 6) apresenta grande convergência com as hipóteses de Marcelino. Orósio (*Historiarum Adversum Paganos*, VII, 31, 3-5), por outro lado, culpa o calor e o cal usado no quarto, enquanto Sócrates (*Ἐκκλησιαστικὴ Ἱστορία*. III, 26) concorda com a terceira possibilidade de Marcelino. Zósimo (*Ἱστορία Νέα*. III, 35, 3) indica uma enfermidade que teria dado fim à vida do imperador. Todavia, a essas versões de morte acidental é possível acrescentar uma suspeita lançada pelo próprio Amiano, segundo o qual:

cumque huic et Aemiliano Scipioni vitae exitus similis evenisset, super neutrius morte quaestionem conperimus agitatam.

The end of his life was like that of Scipio Aemilianus, but so far as I know no investigation was made of the death of either (Amiano Marcelino. *Rerum Gestarum*. XXV, 10, 13).

É sabido que no ano de 129 a.C., como lembra Adrian Goldsworthy (2016: 149), em *Em Nome de Roma*, “Cipião foi encontrado morto em sua casa [e] logo surgiram rumores de que fora envenenado”. As suspeitas, segundo Apiano (*Bella Ciuilia*. I, 20), caíram sobre sua mulher, Semprônia, alguns estrangeiros ou ele próprio, que poderia ter cometido um suicídio. Ou seja, a partir desse paralelo com a morte da importante personagem republicana, Marcelino abre a possibilidade de que o imperador Joviano tenha sido assassinado. João Crisóstomo *Homilies on Phillipians*. XVI, 169) faz referência a um imperador que morreu após sofrer envenenamento, que, apesar de não nomeado, pode ser associado a Joviano. Uma referência mais direta é encontrada em um fragmento de Eunápio (*Fragmenta*. XXIX, 1, 30-35), pois ele aponta que esse imperador consumiu um cogumelo envenenado.

A questão da possibilidade do assassinato de Joviano é interessante porque indica um processo de rejeição de sua figura ou até mesmo uma usurpação em curso. Indícios disso seriam as ações de Jovino que levaram à morte de Luciliano, o súbito desaparecimento de Procópio, que poderia estar se deslocando no império¹⁰, além do hipotético assassinato de Joviano. Todavia, os indícios existentes não nos permitem ir além dessa mera conjectura.

O que nos interessa é que a morte de Joviano inaugura um outro processo de ascensão imperial, em que novamente diferentes facções apresentavam seus candidatos. Destarte, se ele não foi capaz de dar um direcionamento

¹⁰ É preciso lembrar que Procópio reapareceu em 365 em Constantinopla, onde, de fato, deflagrou uma usurpação contra Valente após sua eleição por Valentiano I como co-imperador (Amiano Marcelino. *Rerum Gestarum*. XXVI, 6).

dinástico para o império, outros elementos de instabilidade foram controlados por ele durante seu curto governo. A difícil questão persa, a aceitação de um imperador fora da família constantiniana e a questão religiosa tiveram delineamentos importantes por Joviano. Se a entropia inaugurada com a morte de Juliano era crítica; após a morte de Joviano, a escolha do próximo imperador poderia ser feita em um quadro de estabilidade muito maior, tanto em questões internas quanto externas.

Uma imagem interessante é trazida por Marcelino, ao tratar da escolha de Joviano. Segundo ele:

quod si gravis quidam aequitatis spectator in ultimo rerum spiritu factum criminatur inprovide, nauticos idem iustius incusabit, amisso perito navigandi magistro, saevientibus flabris et mari, quod clavos regendae navis cuilibet periculi socio commiserunt.

But if any onlooker of strict justice with undue haste blames such a step taken in a moment of extreme danger, he will, with even more justice, reproach sailors, if after the loss of a skilled pilot, amid the raging winds and seas, they committed the guidance of the helm of their ship to any companion in their peril, whoever he might be (Amiano Marcelino. *Rerum Gestarum*, XXV, 5, 7).

Amiano, um claro detrator da figura de Joviano, compara a sua escolha àquela de marinheiros que ante o perigo e a perda de seu timoneiro (*magister navigandi*) escolhem um colega para assumir o controle. Pensamos que essa imagem seja interessante, embora possivelmente nos apropriemos dela de uma forma diferente daquela proposta pelo historiador antigo. Acreditamos que ante a tempestade (entropia) aguda apresentada pelo cenário da expedição de Juliano na Pérsia e sua consequente morte, Joviano se apresentou como um timoneiro capaz de levar sua tripulação a salvo (não sem perdas) e entregar o barco em condições melhores do que o recebeu. Esse imperador, normalmente eclipsado pelos governos das casas constantiniana e valentiana, possui sua importância para a manutenção da organização político-militar do século IV.

A indefinição a respeito da forma de sua morte, aproxima Joviano de seu antecessor Juliano, que também tem relatos diversos acerca do momento e das causas de seu perecimento. A conversão ao Cristianismo e\ou a manutenção da tradição retórica pagã parecem ser aspectos que devem ser destacados na escolha de conteúdo e forma dos relatos tardo antigos usados neste artigo. O conceito de entropia, ainda não muito utilizado nos Estudos Clássicos, auxiliou-nos a compreender como algumas opções de governo, como a execução de um Tratado de Paz, pouco eficiente aos interesses romanos, possibilitou a retomada de uma situação de maior estabilidade e de governabilidade, após um vácuo no poder causado pela

morte de Juliano. Retomar as narrativas referentes à ascensão e à supressão do mal conhecido imperador Joviano, pareceu-nos, portanto, um caminho fecundo para incentivar estudos que repensem os processos de aclamação e manutenção dos governantes no comando do Império Romano no IV século.

Referências Bibliográficas

APIANO. *Guerras Civiles*. Trad. Antonio Sancho Royo. Madri: Gredos, 1985.

AMIANO MARCELINO. *The History*. Trad. John C. Rolfe. Londres:William Heinemann LTD, 1982. 3v. (The Loeb Classical Library).

ANÔNIMO. *Sobre Asuntos Militares*. Trad. Álvaro Sánchez-Ostiz. Pamplona: Ediciones Universidade de Navarra, 2004.

CARVALHO, Margarida Maria de; OMENA, Luciane Munhoz. Considerações sobre memória e morte do Imperador Juliano nos testemunhos de Libânio e Amiano Marcelino (século IV d.C.). *História*. São Paulo, v. 35, e. 84, 2016, p. 01-15.

EUNÁPIO. *Fragments*. Trad. R. C. Blockley. Liverpool: Francis Cairns, 1983.

FRIGHETTO, Renan. *A antiguidade tardia: Roma e as monarquias romano-bárbaras*. Curitiba: Juruá, 2012.

GONÇALVES, Ana Teresa Marques; TAVARES, Wendryll José Bento. Como fazer um tratado com os persas? Uma análise do processo de negociação da paz entre romanos e persas em 363 d.C. *Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos*, Vitória, n. 14, p. 33-46, jul.-dez., 2019.

GOLDSWORTHY, Adrian. *Em Nome de Roma*. São Paulo : Planeta do Brasil, 2016.

HEATHER, Peter. Ammianus on Jovian : History and literature. In: DRIJVERS, J. W.; HUNT, D. *The Late Roman World and its Historian: Interpreting Ammianus Marcellinus*. Londres: Routledge, 2005. p. 93-103.

_____; MONCUR, David. *Politics, Philosophy, and Empire in the Fourth Century: Selected Orations of Themistius*. Liverpool: Liverpool University Press, 2001.

HUNT, David. The successors of Constantine. In: CAMERON, A.; GARNSEY, P. *The Cambridge Ancient History: The Late Empire, A.D. 337-425* (Volume XIII). Cambridge: Cambridge University Press, 1998., v. 13, p. 01-43.

JOÃO CRISÓSTOMO. *Homilies on Phillipians*. Trad. Pauline Allen. Atlanta: Society of Biblical Literature, 2013.

JONES, A. H. M. *The Later Roman Empire (284-602)*. Oxford: Basil Blackwell, 1964. 3v.

KULIKOWSKI, Michael. *Imperial Tragedy: from Constantine's Empire to the Destruction of Roman Italy (AD 363-568)*. Londres: Profile Books, 2019.

LESSA, Renato. *A Invenção Republicana: Campos Sales, as bases e a decadência da Primeira República brasileira*. Rio de Janeiro : Topbooks, 2015.

LIBÂNIO. *Discursos*. Trad. Ángel González Gálvez. Madri: Gredos, 2001.

PAULO ORÓSIO. *History Against the Pagans*. Trad. A. T. Fear. Liverpool: Liverpool Press University, 2010.

SOCRATES. *The Ecclesiastical History*. Rev. A. C. Zenos. Edimburgo: T & T Clark, 1993.

SOZOMENO. *The Ecclesiastical History*. Trad. Chester D. Hartranft. Nova York: Christian Literatura Publishing Co., 1890.

TEMÍSTIO. *Politics, Philosophy, and Empire in the Fourth Century: Selected Orations of Themistius*. Trad. Peter Heather e David Moncur. Liverpool: Liverpool University Press, 2001.

TROMBLEY, Frank. Ammianus Marcellinus and fourth-century warfare: a protector's approach to historical narrative. In: DRIJVERS, J. W.; HUNT, D. *The Late Roman World and its Historian: Interpreting Ammianus Marcellinus*. Londres : Routledge, 2005. p. 16-26.

VEGÉCIO. *Compêndio da Arte Militar*. Trad. J.G. MONTEIRO e J. E. BRAGA. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009.